

O conflito Leste-Oeste um estudo histórico crítico de suas causas e conseqüências

RENATO RIBEIRO

Membro do Instituto Hispano-Luso-Americano-Filipino de Direito Internacional

— I —

No curto período dos últimos sessenta e cinco anos, ou seja, num breve momento da civilização, a sociedade internacional experimentou, em conseqüência de duas terríveis guerras mundiais, as maiores e mais profundas transformações de toda a história da evolução política da humanidade.

Tanto a Primeira como a Segunda Guerra Mundial impuseram aos vencidos uma paz intolerável; não só devido ao estado de servidão econômica a que foram submetidos pelas terríveis condições militares e indenizações punitivas estabelecidas pelos vencedores, mas, principalmente, porque uma e outra das citadas guerras, nas respectivas Conferências realizadas com vista a assegurar a paz — a Conferência de Versalhes, de 28 de junho de 1919, e a Conferência de Yalta, de 11 de fevereiro de 1945 —, tiveram como resultado maior dividir novamente o mundo em poderosos blocos antagônicos de poder, perpetuando, assim, esse milenar pesadelo da humanidade, que é o receio de uma outra guerra de caráter universal, real, ou potencial.

Ambas as referidas guerras alteraram profundamente a geografia física, política e econômica do planeta.

A) Pelo Tratado de Paz da Primeira Guerra Mundial, imposto na Conferência de Versalhes à Alemanha, esta, apesar das promessas de um tratamento justo estabelecidas previamente pelos Aliados no acordo para a aceitação do armistício, foi obrigada a sofrer as reduções territoriais seguintes: Restituição da Alsácia e Lorena à França e entrega a este país da bacia carbonífera do Sarre, para explorá-la durante quinze anos, findos os quais haveria um plebiscito para decidir se ela ficaria com a França ou com a Alemanha; entrega dos Distritos de Eupen e Malmedy à Bélgica; da maior parte do Schleswig à Dinamarca; de Memel à Lituânia; de grande parte da Prússia Oriental à Polônia, inclusive a bacia carbonífera da Alta Silésia, além de uma faixa de terra, dividindo o restante da Prússia Oriental, conhecida com o nome de "Corredor Polonês", para dar a esse último país uma saída para o mar; transformação da cidade alemã de Dantzig em cidade livre, sob a égide da Liga das Nações; divisão de todo o Império colonial alemão pela Inglaterra, França e Japão. Dessa maneira, além de suas colônias, 75.000 quilômetros quadrados de território alemão, habitado por 7.000.000 de alemães, foram entregues aos vencedores.

Tais anexações territoriais, que serviriam para manter abertas as feridas do orgulho e do ressentimento alemão e propiciar, alguns anos depois, sob a ação do nazismo, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, foram apenas o ponto de partida para outros atos de revanchismo dos Aliados no caminho, não da paz, mas do malogro de uma "paz perpétua", aquela utopia que o Presidente Wilson ensaiou em célebre discurso dirigido ao Congresso dos Estados Unidos em 8 de janeiro de 1918, quando formulou as condições honrosas para um acordo entre a Alemanha e os Aliados.

Em decorrência, pois, do Tratado de Versalhes e apesar de ulteriores esforços para a manutenção da paz, desenvolvidos nas Conferências celebradas em Genebra, Montreux, San Remo, Locarno e em outras cidades européias, a sociedade internacional, mediante sucessivos atos de força das potências vencedoras da guerra, sofreu outras profundas transformações na sua geografia física, política e econômica, a saber:

a) pelo Tratado de Saint-Germain, de 10 de setembro de 1919, desapareceu o Império Austro-Húngaro para dar lugar à Áustria e à Hungria e, pelo Tratado de Trianon, de 4 de julho de 1920, para a formação da Tchecoslováquia, Iugoslávia e Polônia;

b) pelo Tratado de Sèvres, de 11 de agosto de 1920, o Império Otomano perdeu a Palestina, a Mesopotâmia e a Síria, ficando reduzido apenas, na Europa, a Constantinopla e seus arredores, e a Anatólia; os Estreitos Otomanos ficaram sob controle internacional e as regiões ocupadas pelos árabes foram divididas, para ficarem sob mandatos da França e da Inglaterra;

c) o Império Alemão, como anteriormente já se disse, além das mutilações que sofreu em seu território continental, perdeu todas as suas colônias;

d) a Bulgária, pelo Tratado de Neuilly, de 27 de novembro de 1919, perdeu, em favor da Grécia, todas suas costas marítimas no mar Egeu; e, finalmente,

e) o Império Russo, teve parte de seu território ocidental desmembrado para formar novos Estados ou integrar partes de outros, sob pretexto de resolver problemas de minorias raciais.

Como conseqüência dessas alterações territoriais, foram criados na Europa 9 (nove) novos países: Polônia, Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Tchecoslováquia, Iugoslávia, Áustria e Hungria.

B) Em virtude do Acordo adotado em fins da Segunda Guerra Mundial pelos Chefes dos Governos dos EUA, Inglaterra e URSS, na cidade soviética de Yalta, em fevereiro de 1945, novamente o mapa mundial viria a sofrer profunda transformação. Tal como anteriormente havia ocorrido em 1919, na Conferência de Paris, que reuniu os "Três Grandes" da época — Woodrow Wilson, Lloyd George e George Clemenceau —, na Conferência de Yalta, de 1945, os "Três Grandes" — Franklin Delano Roosevelt, Winston Churchill e Joseph Stalin — declararam que o objetivo das potências aliadas, então às portas da vitória sobre o III Reich, era concertar medidas para garantir a paz e a liberdade dos povos. Na realidade, porém, ao elaborar os planos para a derrota definitiva da Alemanha e estipular as condições para a sua capitulação incondicional, os "Três Grandes" cuidaram de restabelecer, em novas bases, o instável equilíbrio do poder no mundo. Mas, de que maneira?

Em troca de sua promessa de entrar na guerra contra o Japão, a qual somente veio a cumprir quando este já estava derrotado, Stalin recebeu de Roosevelt e Churchill um compromisso que envolvia consideráveis concessões: no continente asiático, a restituição à URSS de Porto Arthur, e do restante da Ilha Sacalina e ilhas adjacentes, tomadas pelo Japão na guerra russo-japonesa em 1904; a posse do grande arquipélago das Ilhas Curilas, que cercam o Nordeste do Japão; o controle dos portos e das ferrovias da região chinesa da Mandchúria, inclusive a cidade de Dairen; e, finalmente, a metade norte da Coréia, dividida pelo paralelo 38, ficaria sob a influência soviética. Na Europa, onde na parte oriental as forças soviéticas já tinham então o domínio militar, Stalin obteve o reconhecimento da preponderância comunista na Polônia e nos Bálcãs, ficando de fora a Grécia e a Itália. Por último, por força do Acordo de Potsdam, celebrado pelas potências vitoriosas em julho de 1945 para complementar o de Yalta, Stalin obteve ainda de seus parceiros americano e britânico que à União Soviética fosse reconhecido estender sua conquista até a linha Oder-Neisse (que lhe fora negada em Yalta) e sobre a parte litoral da Prússia Oriental, inclusive a posse da velha cidade alemã de Koenigsberg (fundada pelos cavaleiros teotônicos, em 1255) sob o pretexto de ter um porto livre de gelo no mar

Báltico durante o inverno, cidade essa agora rebatizada com o nome de Kalinigrad.

Somando-se a essas enormes anexações territoriais, após a derrota do III Reich, a fatia que a Rússia ainda abocanhou com a infeliz divisão da Alemanha, inclusive de Berlim, em zonas de ocupação, para administração conjunta, por americanos, ingleses, franceses e soviéticos, fica completada a fisionomia, ao fim da Segunda Guerra Mundial, do novo mapa de equilíbrio de poder sobre a terra, onde uma nova sociedade internacional, inteiramente transformada e gravitando entre as duas superpotências, desde então, se vem renovando a cada ano, quer pelo desaparecimento de Estados, como ocorreu na Europa com a Estônia, Lituânia e Letônia, quer pelo surgimento de novos Estados, fenômeno político que teve início com os dois novos Estados resultantes da divisão territorial da Alemanha, isto é, a República Federal Alemã (Occidental) e a República Popular Democrática Alemã (Oriental), e continuou com os oriundos do processo de descolonização na África e na Ásia, e, ainda hoje, longe de terminar, segue seu curso na América, com a aquisição de independência por alguns antigos territórios não autônomos.

— II —

Como anteriormente se demonstrou, é evidente que a sociedade internacional, na sua geografia física, política e econômica, sofreu profundas alterações, assim no período pós-guerra do primeiro conflito bélico de caráter mundial deste século, como, ainda mais intensamente, nos anos que se seguiram ao término da Segunda Grande Guerra. Comprovam-no, à saciedade, não só os tratados firmados em Versalhes, em 1919, e em Yalta, em 1945 (este último complementado pelo de Potsdam, também assinado em 1945), mas a própria história do desenvolvimento da respectiva organização internacional que, após cada uma das citadas guerras mundiais, foi criada visando a igualmente promover e assegurar a manutenção da paz e, assim, dificultar o terrível flagelo das guerras.

A Liga das Nações, proposta pelo Presidente Woodrow Wilson, em 1919, jamais alcançou um âmbito verdadeiramente universal, porque, de início, dela foram excluídas a Rússia e a Alemanha, e os Estados Unidos se excluíram espontaneamente. No momento em que a União Soviética nela foi admitida, em 1934, a comunidade internacional representada pela entidade já alcançava o número de 57 Estados, não obstante se encontrar enfraquecida pela retirada do Japão, em 1933, e, pouco tempo antes da Alemanha, que havia sido admitida, em 1926.

Para substituir a Liga das Nações, cujo fracasso no alcançar seus altos e nobres objetivos culminou no desencadeamento da Segunda Guerra Mundial com o exército nazista invadindo a Polônia no dia 1º de setembro de 1939, os países que fizeram a guerra contra a Alemanha e seus aliados, em número de 51 (cinquenta e um), idealizaram e criaram, na Conferência de São Francisco, em junho de 1945, a Orga-

nização das Nações Unidas. Hoje, ultrapassa a 150 (cento e cinquenta) o número de países que integram essa sociedade internacional, sujeita, como se vê, a um permanente estado de mutação.

Tanto a antiga Liga das Nações, como a atual Organização das Nações Unidas, falharam em prover segurança contra a agressão e em conseguir soluções pacíficas para as disputas internacionais. Rapidamente, examinemos, caso por caso, o que ocorreu com cada uma dessas organizações.

A incapacidade da Liga das Nações para tornar efetivas as generosas condições de paz publicamente proclamadas pelo Presidente Wilson teve origem em muitas estipulações do Tratado de Versalhes, as quais, extremamente desarrazoadas e até mesmo humilhantes para o povo germânico, deixaram a Alemanha sem uma clara obrigação moral de respeitar os seus termos.

Sobre as terríveis condições a que o Tratado de Versalhes sujeitou a Alemanha, o historiador inglês, H. G. WELLS, assim se manifestou:

“Mais grave ainda do que todos estes desajustamentos territoriais foi a imposição à Alemanha de encargos destinados a “reparações”, muito superiores ao seu poder de pagamento e em absoluta oposição aos claros entendimentos em que se baseara a sua rendição. A Alemanha foi posta em estado de servidão econômica. Foi onerada com a obrigação de pagamentos periódicos imensos e impossíveis; foi desarmada; e a sua inevitável fraqueza a deixou praticamente exposta a qualquer agressão da parte de seus credores. Todas as potencialidades da situação não se tornaram manifestas senão um ano mais tarde. Falharam, então, os pagamentos alemães, e em janeiro de 1923 os franceses marcharam sobre o vale do Ruhr e ali se conservaram até agosto de 1925, explorando as minas tão bem quanto podiam, administrando as estradas de ferro e mantendo abertas as feridas do ressentimento alemão por uma centena de mesquinhas e inevitáveis tiranias e atos de violência.

Não entraremos em nenhuma análise detalhada de certas outras conseqüências da pressa e arrogância de Versalhes: de como o Presidente Wilson cedeu aos japoneses e consentiu em que se recolocassem os alemães em Kiau-Chau, que é propriedade chinesa; de como a cidade quase puramente germânica de Dantzig foi, praticamente, senão legalmente, anexada à Polônia; e de como as potências discutiram a pretensão dos imperialistas italianos, pretensão fortalecida por todos esses exemplos; a posse do porto iugoslavo de Flúme privando os iugoslavos de uma saída para o Adriático. Voluntários italianos, sob a chefia do escritor GABRIEL D'ANNUNZIO, ocuparam essa cidade e mantiveram ali uma república rebelde até ela ser, afinal, anexada à Itália em janeiro de 1921.

Nem faremos mais do que notar os arranjos complexos e as justificações que puseram os franceses na posse do Vale do Sarre, que é território alemão, ou a violação inteiramente iníqua do direito de “autodeterminação”, pela qual se proibiu praticamente a *Austria alemã* de se unir — como é natural e próprio que se una — às demais partes da *Alemanha*” (1).

Para os alemães, por conseguinte, a paz que lhes foi imposta em Versalhes era aquela “paz intolerável”, a cujo respeito, já no século passado, o consagrado internacionalista *VATTEL* fazia a seguinte advertência:

“Uma paz intolerável é uma opressão que uma nação somente suportará enquanto não tiver meios para anulá-la” e “contra a qual os homens de caráter se levantarão na primeira oportunidade” (2).

Toda a tragédia que, para a humanidade, nos vinte anos seguintes à sua celebração, o Pacto de Versalhes veio significar, parece ter uma explicação — se é que alguma existe — na diferença de caráter e temperamento dos “Três Grandes” da época. Enquanto, de um lado, o Presidente *Wilson*, com seu sentimento público de temor a Deus e fé na democracia, declarava, num de seus famosos discursos ao Congresso dos Estados Unidos, que, nas condições da paz a ser concertada com a *Alemanha*, “não haveria anexações, nem contribuições, nem indenizações punitivas...”, de outro lado, porém, *George Clemenceau*, apesar de combatido pela sua avançada idade, exultava com a vitória, exclamando:

“Enfin, il est arrivé ce jour que j’attends depuis un demi siècle! Il est le jour de la revanche!” (3).

Surpreendentemente, entretanto, quando poderia atuar como fiel da balança da decisão quanto aos termos da paz que os “Três Grandes” concertariam com a *Alemanha*, *Lloyd George* nada faz para atenuar o rigor das cláusulas punitivas sobre a adversária vencida, não obstante ele próprio, de maneira profética, já haver antes escrito em *Fontainebleau* o que julgava ser o roteiro para uma paz razoável e duradoura:

“Os quadros de heroísmo só encantam os homens que não sabem nada das dores e das coisas espantosas da guerra. Por isso é bastante fácil concertar uma paz para trinta anos. O difícil é fazer uma paz que não deve provocar nenhuma nova luta, quando já não vivam os que participaram numa guerra. A História mostra que uma paz, celebrada como um triunfo da arte dos homens de Estado e até da moderação, é imprevi-

(1) *H. G. WELLS — História Universal*, vol. VI, pág. 208.

(2) *VATTEL — Le Droit des Gens, ou Principes de la Loi Naturelle*, edition Guillaumin et Cie., Librairies, Paris, 1863.

(3) *LORD KEYNES — The Economic Consequence of the Peace*, pág. 54 — citado por *J. F. C. FULLER — A Conduta da Guerra*, pág. 141 — Ed. Biblioteca do Exército, Rio, 1966.

dente, como aconteceu com a paz alemã de 1871. A França, mesmo, provou que aqueles que julgam enfraquecer de tal modo a Alemanha que nunca mais possa voltar a combater, estão completamente enganados... Pode privar-se a Alemanha de suas colônias, reduzir os seus armamentos até constituírem uma simples força pública e a sua esquadra à de uma potência de quinta classe; é o mesmo. Quando se sinta injustamente tratada na paz de 1919, encontrará meios de vingar-se de seus vencedores.

A profunda impressão de uma luta sem igual desaparecerá com os corações que combateram. É lícito que as nossas condições sejam duras, até desapiedadas, mas podem ao mesmo tempo ser tão justas que o país afetado por elas não sinta nenhum direito de queixar-se. A injustiça e a soberba, usadas na hora do triunfo, nunca serão esquecidas nem perdoadas.

Por isso sou absolutamente oposto a que se privem os alemães de uma parte maior de sua soberania do que a que seja indispensável. Mal posso imaginar motivo mais importante para uma futura guerra que o fato do povo alemão, que, sem dúvida, mostrou ser uma das raças mais cheias de força do mundo, ser rodeado por um certo número de pequenos Estados, alguns deles composto por povos que até agora não haviam possuído governo independente, dos quais, não obstante, têm que fazer parte grandes massas de alemães, que queriam continuar ligados à sua pátria. Além disso, devo dizer que, a ser possível, as reparações deviam encontrar o seu fim na geração que fez a guerra" (4).

Na hora da decisão final, porém, Lloyd George abandona a defesa de seus nobres ideais, tão próximos dos defendidos pelo Presidente Wilson; aceita, em toda a sua extensão, que, no Tratado de Versalhes, fossem incluídas todas as draconianas cláusulas, mesmo aquelas de caráter acentuadamente iníquas, que Clemenceau vinha sustentando para comprazer ao que ele julgava ser para a sua amada França, "le jour de la revanche".

Pleno de injustiças assim nasceu o Tratado de Versalhes, levando no seu bojo a semente do sentimento de ódio e de vingança contra a vencida Alemanha e de cuja germinação esta, alguns anos depois, se valeu para, guiada pelo Partido nazista de Adolph Hitler, desencadear a nova tragédia que se abateu sobre a humanidade: a Segunda Guerra Mundial.

Infelizmente filha de um tratado concebido sob tais circunstâncias, era curial esperar-se, portanto, o fracasso da Liga das Nações como instrumento para garantia da segurança internacional. Foi o que aconteceu. Não lhe foi possível impedir ou barrar: a agressão japonesa

(4) EMIL LUDWIG — *Líderes da Europa*, págs. 152 a 156 — Ed. Livraria Globo, Porto Alegre, 1936.

contra a China; o ataque da Itália à Abissínia, em 1935; a absorção da Austria pela Alemanha, em março de 1938; o triunfo alemão contra a Tchecoslováquia em Munique, em setembro de 1938; a ocupação da Albânia pela Itália, em abril de 1939; e a remilitarização da Romênia, em 1936.

O colapso da Liga das Nações acarretou, ainda, a perda da fé, pela sociedade internacional, no princípio da inviolabilidade dos tratados. Com efeito, a Alemanha, nos anos seguintes, violou os Tratados de Locarno, que havia assinado voluntariamente, o Pacto Briand-Kellog, de 1928, e até mesmo o Tratado Nazista com a Polônia, de 1934.

A impotência da Organização das Nações Unidas para refrear a agressão e assegurar a paz internacional, apesar da existência de outras causas mais remotas, reside, acima de tudo, nas estipulações do Acordo de Yalta, celebrado em 11 de fevereiro de 1945 pelos chefes de governo dos "Três Grandes": Roosevelt, Churchill e Stalin.

Ali, obcecados pela idéia de derrotar a Alemanha a qualquer preço e eliminar da face da terra o nazismo, Roosevelt e Churchill, os dois líderes ocidentais, aceitaram efetuar a mais absurda partilha de poder mundial com Joseph Stalin, o líder oriental, fazendo à Rússia enormes concessões territoriais, tanto na Ásia como na Europa, a troco, simplesmente, da promessa soviética de declarar guerra ao Japão no prazo de três meses após a derrota da Alemanha.

Por um breve — porém talvez o mais fatídico — momento na história da humanidade, fundados na enganosa crença de perenidade em uma aliança político-militar compactuada com a Rússia tão-somente por motivo da agressão nazista, Roosevelt e Churchill se olvidaram de todo um longo passado de porfiada luta entre o Ocidente e o Oriente, durante o qual a União Soviética, por inspiração do Komintern, procurou incansavelmente expandir-se sobre outras nações mediante insidiosa campanha de proselitismo a favor da doutrina do comunismo internacional, quando não pelo incitamento de seus povos à revolução.

Ficou selado, assim, em Yalta, o destino da humanidade, de continuar, pelo resto deste século, a sofrer as conseqüências de tão malsinado acordo, que, logo depois, ainda em 1945, com o término das hostilidades pela rendição da Alemanha, as nações unidas na guerra trataram de ampliar mediante outro acordo, concertado na cidade alemã de Potsdam, de cuja assinatura participou, pelos Estados Unidos, o Presidente Harry Truman (o Presidente Roosevelt pouco antes havia falecido).

Se é certo que a Segunda Guerra Mundial terminou no campo militar com a vitória das nações aliadas sobre os três países integrantes do eixo, Alemanha, Itália e Japão, não menos certo é, porém, que o Acordo de Yalta, com dividir o mundo entre seus dois maiores protagonistas, os Estados Unidos e a Rússia, deu início, de certo modo, a uma Terceira Guerra, *sui generis*, a chamada "guerra fria", que ambas as superpotências citadas logo desenvolveram em guerras locais, regionais,

as guerras por procuração da Rússia, como são, por exemplo: as da Coreia, do Vietnã, do Laos, do Camboja, dos países árabes contra Israel, dos países africanos, das guerrilhas na Ásia, África e América Latina, e a do terrorismo com seqüestro de pessoas para fins de extorsão, nova modalidade de crime internacional que vem assolando e afligindo a maioria dos países integrantes da sociedade internacional.

Tantas desgraças e misérias, geradas em Yalta pela fraqueza dos dois líderes ocidentais frente ao líder russo, são o alto preço que a humanidade tem pago a fim de evitar desgraça e miséria maior, o "holocausto nuclear", que seria hoje, certamente, uma confrontação bélica direta entre os Estados Unidos e a Rússia soviética.

No seu livro *Yalta, ou le Partage du Monde*, ARTHUR COMTE anota que, já praticamente vencedores na guerra, os dois líderes ocidentais, Roosevelt e Churchill, deixaram, entretanto, escapar a vitória em favor de Stalin, o líder russo. É do referido escritor este comentário:

"A Conferência de Yalta é uma tragédia shakesperiana: um moribundo, Franklin D. Roosevelt, cujo principal conselheiro, Harry Hopkins, é também um moribundo que tem como um dos seus mais íntimos colaboradores, Alger Hiss, que mais tarde foi implicado em um grave caso de espionagem, é encarregado de defender os interesses e o futuro do mundo livre perante uma das mais fortes, se não a mais forte, personalidade do século, Joseph Stalin, que nesse dia 11 de fevereiro de 1945, atingiu o auge de sua prodigiosa carreira. Winston Churchill, presente à Conferência, já figurava como "o maior dos pequenos", ante os dois Supergrandes que, enquanto se desmorona o grande Reich hitleriano e os golpes de Nimitz e de Mac Arthur começam a abalar o Império Nipônico, friamente dividem o mundo.

Yalta é a mais assombrosa conferência de todos os tempos: nunca tantos homens se bateram como nesses dias e nunca conferência alguma afetou o destino de tantos milhões de seres humanos. Ela marca uma nítida separação entre um velho universo, que desaparece, e um mundo novo que se levanta. É uma grande data-limite entre duas épocas, ainda que, paradoxalmente, raros foram os homens, George VI, Clemente Attlee, De Gaule, Pio XII, que se aperceberam com exatidão dos problemas que ela continha ou que criaria" (5).

Mas, para desfecho final do grande erro dos líderes ocidentais em Yalta, o destino guardava a suprema e amarga ironia de revelar, pouco tempo depois, que Stalin obteve tudo a troco de nada: no dia 6 de agosto de 1945, os Estados Unidos destroem Hiroshima com a bomba atômica, obrigando o Japão a pedir a paz; somente dois dias depois, 8 de agosto daquele ano, é que a Rússia declarou guerra ao Japão.

(5) ARTHUR COMTE — *Yalta, ou le Partage du Monde*, Paris, 1965.

Em que pese às funestas conseqüências advindas do Acordo de Yalta para toda a humanidade e que, no pós-guerra, incapacitaram a Organização das Nações Unidas de garantir a segurança e a paz mundial, deve-se, porém, reconhecer à existência dessa entidade, sob certos aspectos, um certo mérito que a sua antecessora — a Liga das Nações — não chegou a alcançar.

Para bem se compreender o papel das Nações Unidas na sua incessante busca do estabelecimento de uma nova ordem mundial, deve-se recorrer à história da sua gênese e constituição, durante os terríveis anos da Segunda Guerra Mundial. Sob os golpes repetidos, das forças inimigas, tudo vacila; mas nem tudo desmorona. Apesar do ruído ensurdecedor dos canhões e das bombas, alguns homens de coração e ideais elevados procuraram desenvolver os princípios em que poderiam, após as convulsões da guerra, assentar-se as condições de um novo equilíbrio.

A mais profunda aspiração da humanidade está voltada para a estabilidade. O problema, porém, é como assegurá-la. Por instinto ou por necessidade, os povos estão unidos para ganhar a guerra; sentem eles, porém, a mesma necessidade de permanecer unidos para assegurar a paz. Essa atitude culmina com um ato político, que se denominou a "Declaração das Nações Unidas", assinada por 23 nações, em Washington, em 1º de janeiro de 1942, no qual se fala, não mais na interdição da guerra, mas sim na interdição do emprego da força.

Foi o primeiro passo para a organização do mundo novo, conseqüência, aliás, da "Proclamação da Carta do Atlântico", firmada um pouco antes, em 14 de agosto de 1941, na qual o Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, solenemente declararam:

"Eles têm a convicção de que todas as nações do mundo, tanto por razões de ordem prática como de ordem espiritual, deverão renunciar ao uso da força" (6).

Quando ainda imperavam as trevas da guerra, a "Carta do Atlântico" significou: uma primeira luz de esperança oferecida à humanidade, que acreditava haver perdido toda razão de ainda esperar; uma parada sobre a rota da desesperança; um bálsamo sobre as feridas da humanidade. Foi, sem dúvida alguma, um ato de alta política.

Fundando suas esperanças num futuro melhor para o mundo, os dois ilustres signatários da "Carta do Atlântico" proclamaram ainda certos princípios, a saber:

- 1) repúdio à política de conquista;
- 2) restauração do sentimento de liberdade, tranquilizando os povos que podiam recear ver suas características particulares desaparecer em vastas tentativas de unificação;

(6) C. A. COLLIARD — *Droit International et Histoire Diplomatique*, Paris, pág. 394; *Annuaire des Nations Unies*. E. 1948. Lake Success, págs. 1 e ss.

3) abandono dos monopólios e da concorrência violenta e desordenada, geradora de guerras entre as nações, assegurando a cada uma o indispensável;

4) cooperação para o progresso, a segurança e a liberdade.

Tais eram os princípios comuns de política nacional que Roosevelt e Churchill, objetivando a segurança, a renúncia ao emprego da força e o desarmamento, anunciavam ao mundo num aceno de esperança de um futuro melhor.

A grande idéia foi, assim, posta em marcha. A 30 de outubro de 1943, é em Moscou que os Estados Unidos, a Inglaterra, a União Soviética e a China, após terem confirmado que a unidade de ação na qual se engajaram para o prosseguimento da guerra será mantida para a organização e a manutenção da paz e da segurança, declaram solenemente que

“reconhecem a necessidade de estabelecer, tão depressa como seja possível, em vista da manutenção da paz e da segurança internacionais, uma organização internacional fundada sobre o princípio da igualdade soberana de todos os Estados pacíficos e aberta a todos os Estados, grandes e pequenos”.

Em seguida, o grande ideal ganhou corpo: a 7 de outubro de 1944, em Dumbarton Oaks, as potências anglo-saxônicas e a Rússia, primeiramente, e a China, logo depois, aprovaram o anteprojeto oficial da Carta das Nações Unidas, no qual, sob o nº 4 do capítulo II, se declarava:

“Todos os Membros da Organização se absterão, em suas relações internacionais, de recorrer à ameaça ou ao emprego da força, de uma maneira incompatível com os fins da Organização” (7).

Caminhou-se, então, para o ato final: a Conferência da Criméia (Yalta) decidiu convocar para San Francisco, no dia 25 de abril de 1945, uma conferência encarregada de estabelecer, sobre a base das conversações oficiais de Dumbarton Oaks, a Carta da Organização, com a participação de 51 (cinquenta e uma) nações.

A Conferência de San Francisco encerrou-se em 26 de junho de 1945. No dia 24 de outubro de 1945, estavam cumpridas as condições previstas para a entrada em vigor da “Carta da Organização das Nações Unidas”.

Como previa o acordo de Moscou, a nova organização internacional, fundada sobre o princípio da igualdade soberana de todos os Estados, grandes e pequenos, não foi concebida como a organização da comunidade de Estados conhecida do direito internacional. Ela foi concebida,

(7) A. de La PRADELLE — *La Paix Moderne (1899-1945) de La Haye a San Francisco*. Paris, 1947, págs. 456 e ss.

antes, como uma associação compreendendo Membros fundadores ou originários e Membros admitidos.

Os Membros originários são os Estados que, tendo participado da Conferência de San Francisco, ou tendo anteriormente assinado a "Declaração das Nações Unidas" de 1º de janeiro de 1942, hajam assinado a Carta e a ratificado formalmente (art. 3º). Por outra parte, podem se tornar Membros por admissão todos os outros Estados pacíficos que aceitam as obrigações da Carta e, a juízo da Organização, estejam em condições de as satisfazer e dispostos a fazê-lo (art. 4º). A admissão se faz por decisão da Assembléia Geral, por recomendação do Conselho de Segurança.

A Organização das Nações Unidas, pelo número e a importância de seus Membros, que compreendia as grandes potências vitoriosas, estava destinada a influenciar consideravelmente o direito internacional em um momento em que a fraqueza deste era extrema. Ao contrário do antigo "Pacto da Sociedade das Nações", que estipulava o direito de um Membro se retirar da Organização (*droit de retraite*), a "Carta das Nações Unidas" nada dispõe a este respeito. Mas ela prevê as penalidades de "suspensão" e "exclusão".

Tanto num como noutro caso — suspensão e exclusão — a iniciativa pertence primeiro ao Conselho de Segurança, onde a voz das grandes potências é — como se sabe — decisiva e onde cada uma delas possui o direito de veto. Sem recomendação do Conselho de Segurança, uma ação da Assembléia Geral é impossível. Isso significa dizer: sem a unanimidade das grandes potências (Estados Unidos, Rússia, França, Inglaterra e China), impossível levar adiante qualquer caso de suspensão ou de expulsão. Mas recomendação do Conselho não é senão uma questão prévia. A decisão pertence à Assembléia, que não está adstrita à recomendação do Conselho.

Composto de 11 (onze) Membros: as cinco grandes potências, Membros permanentes, e seis Membros não-permanentes, eleitos pela Assembléia por um período de dois anos, o Conselho de Segurança tem a responsabilidade principal da manutenção da paz e da segurança das nações (art. 24). Seus poderes são os mais decisivos, e, por isso, as suas decisões a Assembléia Geral (art. 25) deve aceitar e aplicar quando adotadas em conformidade com a Carta.

A impotência da Organização das Nações Unidas para manter a paz se revelou, entretanto, na questão do direito do veto (§ 3º, art. 27), que nasceu da idéia de que, nos domínios que tocam a segurança internacional, uma decisão tomada contra a vontade de uma grande potência correria o risco de ficar inexecutada ou de constituir um perigo para a paz. Como dizia a declaração das potências anfitriãs da Conferência de San Francisco, datada de 7 de agosto de 1945,

"consideradas as responsabilidades primordiais dos Membros permanentes, não se pode esperar, no estado atual das condi-

ções do mundo, que eles assumam a obrigação de agir, em um domínio tão grave como a manutenção da paz e da segurança internacionais, em execução de uma decisão para a qual eles não deram sua adesão”.

A idéia era, pois, de que somente as grandes nações possuem o poderio necessário para assegurar o respeito à ordem. O direito do veto conferido às grandes potências veio mostrar, cruamente, que, se existe uma igualdade jurídica entre os Estados, não existe, entretanto, igualdade de fato. Com razão, dizia PASCAL:

“Et ne pouvant faire ce qui est juste fût fort, on a fait que ce qui est fort fût juste.”

No curso dos anos, porém, o mundo presenciou e vem assistindo a este grande absurdo: os fatos confirmaram a crença de que a regra da unanimidade das grandes potências age como o veto de uma só delas, assegurando, assim, o triunfo daquela que diz não, e dando uma posição privilegiada e predominante àquela que recusa sua cooperação.

A conclusão a este respeito não pode ser outra. Longe de desanimar a intransigência, o direito de veto a animou e conduziu precisamente em um sentido oposto àquele que a regra da unanimidade queria evitar: a divisão do mundo em blocos de poder.

— III —

De todo o até aqui exposto, verifica-se que a sociedade internacional, em decorrência tanto da Primeira como da Segunda Guerra Mundial, sofreu uma profunda mutação, traduzida, entre outros fatores, primeiramente na sua repartição geográfica, que antes da Sociedade das Nações, em 1º de agosto de 1914, compreendendo 43 Estados, passou entretanto, com a Organização das Nações Unidas, a contar com 115 Estados em 31 de dezembro de 1964. Hoje, já são mais de 150 os países que formam a comunidade internacional.

Muitas causas contribuíram para essa profunda transformação da sociedade internacional. Em primeiro lugar, a revolução russa de outubro de 1917, cuja importância, sob qualquer ponto de vista — político, econômico e social —, não terá sido menor que a das Revoluções americana e francesa do século XVIII. Tal como sucedeu, na Europa, ao tempo da Reforma e das guerras de religião, ou, ainda, antes, por ocasião do cisma do Oriente, a Revolução russa de 1917 dividiu profundamente o mundo. Com efeito, a transformação de uma das grandes potências do antigo concerto europeu em país socialista não podia permanecer sem repercussão sobre o plano internacional. Como consequência, já ao fim da Segunda Guerra Mundial surgiam outros Estados socialistas, não somente na Europa oriental, mas ainda em outras partes do mundo, figurando em primeiro plano a China continental.

Em seguida, para transformar ainda mais o aspecto da sociedade internacional, veio a descolonização, processo político desencadeado na segunda metade do século XX e que outra coisa não foi senão o fato de elementos autóctones, da África e da Ásia, que em geral haviam recebido uma formação ocidental, colocarem esta a serviço de seus próprios objetivos e de suas próprias necessidades.

Estes dois fatos, isto é, a Revolução de outubro de 1917 na Rússia, estendendo o regime socialista a uma grande parte da humanidade em seguida à Segunda Guerra Mundial, e a descolonização, emancipando povos da Ásia e da África da tutela ou da dependência políticas no seio dos antigos impérios coloniais, introduziram na sociedade internacional um pluralismo cultural, ideológico e jurídico que é, sem dúvida alguma, um dos seus traços mais acentuados.

Acrescente-se a tudo isso — com profunda repercussão sobre o desenvolvimento do direito internacional — o papel dominante dos Estados Unidos e da União Soviética, agora superpotências, comandando a nova ordem internacional, dividida entre “países desenvolvidos” (países industriais e ricos) e “países subdesenvolvidos” (países pobres) e cujo instável equilíbrio tem apenas como freio o terror devido às armas termonucleares.

É chegada a hora, portanto, de se fazer, com profunda reflexão, uma análise retrospectiva da crise do presente, que parece comprometer o processo evolutivo da humanidade, perturbado ameaçadoramente, como jamais fora antes, no período da segunda pós-guerra, no qual o conflito secular entre o Ocidente e o Oriente, ao invés de diminuir, cresceu em proporções tais que mais se assemelha a uma suspensão de hostilidades.

Para tanto é mister, porém, recordar, embora sumariamente, a história do processo evolutivo americano e o do Extremo Oriente, visando a identificar, em um e em outro, as respectivas *formas políticas*.

O primeiro ciclo da civilização americana, a chamada etapa pré-colombiana ou indígena da América, terminou — como se sabe — com o descobrimento e a conquista européia. Teve início, então, o segundo ciclo americano, cujo desenvolvimento político, partindo dos elementos culturais que os primeiros povoadores haviam trazido de seu longínquo lugar de origem, produz paulatinamente as primeiras culturas puramente americanas.

Durante aquele primeiro ciclo da civilização na América pré-colombiana, o que caracterizou a evolução política foi a luta entre dois princípios antagônicos:

1º) o particularismo, identificado na forma do sentimento tribal, no egoísmo dos grupos pequenos, das tribos, e que se desenvolveu através de sua larga peregrinação até os lugares onde, afinal, se fixaram;

2º) o universalismo, semelhante ao dos mais remotos impérios orientais, tem forma autocrática e conteúdo religioso. O que aí se encontra

ainda são as formas mais arcaicas de organização política: o chefe da tribo, às vezes eletivo e outras hereditário; a teocracia e a monarquia, geralmente de caráter teocrático militar.

O segundo ciclo da civilização na América corresponde ao processo de adaptação da cultura européia em suas terras. Foi o período de integração da colônia, caracterizado pela inexistência de autênticas nacionalidades americanas; apenas coexistem o indígena, cuja espécie caminha para o desaparecimento e o colono europeu, cuja pátria é a metrópole européia. Desse período, que atinge sua plenitude no século XIX, resulta a formação de um povo novo, que se sentiu filho da América, como o demonstraram as guerras de independência.

A partir das lutas de independência na América, a forma política imperante é a República presidencialista, quer sob a forma federativa, de que são melhor e mais antigo exemplo os Estados Unidos, quer sob a forma unitária. A monarquia constitucional teve somente uma experiência estável, o Império do Brasil, que em 1889 se converteu em República.

Como fenômeno político, típico da América Latina e parecido com o cesarismo romano, o caudilhismo, semelhante a uma erva daninha, surge no século passado denunciando um estado social atrasado, prolonga sua existência até nossos dias e, por toda a parte onde brotou, revela a sua verdadeira causa: a falta de preparação dos povos para viver o regime democrático estabelecido pela lei. O índice cultural médio da América Latina, durante toda aquela época, não era superior ao da Europa nos dias do absolutismo.

A história do processo evolutivo do Extremo Oriente, no que respeita às suas formas políticas, teve maior significação apenas em dois casos: a China e o Japão.

A China, antes de chegar ao que hoje é, passou por duas fases de formas políticas:

A primeira, a fase legendária, das dinastias Hia e Shang, que construíram o Império, como organização teocrática de tendência universalista. O Imperador era o Filho do Céu, o Chefe espiritual e temporal do povo chinês, o povo celeste; era a uma só vez o chefe político e militar da nação e o sacerdote supremo do culto solar. O Império é de típico estilo oriental.

A segunda fase marca o período crítico da idéia imperial e de sua tendência universalista. Por motivo da necessidade de defesa das fronteiras contra as constantes invasões dos bárbaros da periferia, surge o feudalismo, com as suas cortes feudais, de tendências isolacionistas, e a tradicional cortesia chinesa atingindo seu apogeu nos últimos tempos da dinastia Shang, que, entretanto, veio a ser substituída pelos imperadores da forte dinastia Chou, cujo universalismo entra em luta com o particularismo feudal dos poderosos dinastas, seus súditos teóricos, mas

na prática os verdadeiros donos da situação. As guerras entre os senhores feudais pôs fim à dinastia Chou, substituída, que foi, primeiramente pela nova dinastia militarista Is'in, que ressuscita a idéia do império universalista, e depois pela dinastia Han, de caráter profundamente confucionista. Esta última dinastia, baseada não mais na nobreza feudal, mas sim numa aristocracia de funcionários, perdurou durante vários séculos e a ela se deve a organização que fixou o estado social milenário da China dentro dos marcos clássicos que modelaram o caráter peculiar com que ela é conhecida ainda hoje. Finalmente, veio a dinastia Tang, na qual, do mesmo modo como ocorreu com suas antecessoras, predominou, indiscutivelmente como forma política, a do império universalista.

No Japão, o processo evolutivo de suas formas políticas, embora houvesse caminhado paralelo ao da China, caracterizou-se por alcançar, entretanto, um conteúdo e conseqüências diferentes. Se politicamente a idéia do império universal é a central do Japão e se encontra em toda sua história, ao contrário do povo chinês, o povo japonês é mais suscetível às influências estranhas, o que explica sua transformação, em parte, para aproximar-se do Ocidente.

O despertar da cultura japonesa se produziu, inicialmente, sob a influência da China. O país é organizado pelas estirpes, que, no período de Na-Ra, constroem o Império, de caráter teocrático e universalista, sendo o Mikado, única dinastia através de sua história, simultaneamente chefe político e sua cabeça religiosa. Dada a forte influência chinesa, introduz-se o Budismo chinês e se tenta organizar no Japão um estado de funcionários, semelhante ao chinês. Essa tentativa fracassou frente à aristocracia das estirpes, mas deixou no caráter japonês esse profundo respeito pelo Mikado, considerado como o representante de sua nacionalidade.

Seguiram-se as lutas entre a aristocracia das estirpes, ansiosas por recobrar sua perdida posição, e o Mikado, defensor do sistema chinês que havia implantado. Triunfou parcialmente a aristocracia, que obrigou o Mikado a compartilhar com ela o poder, iniciando-se, assim, a era do feudalismo. O Mikado, que passou pelas mãos de diferentes famílias, conservou sua dignidade imperial, sua posição ideal de representante da nacionalidade japonesa e seu primado religioso, mas na prática se obrigou a depositar o exercício de poder político nas mãos dos chefes da aristocracia das estirpes, algumas das quais, à época da chegada dos europeus, como reação, procuraram impor a velha tendência nacionalista, com a conseqüente manutenção do isolamento do país.

Com a chegada dos brancos, para iniciar a fase do colonialismo no Oriente, os dois grandes Impérios, o da China e o do Japão, reagiram de modo semelhante: cada qual, exacerbando o sentimento nacionalista de seu povo em torno da pessoa do Imperador, fechou as portas ao comércio exterior, negando-se a ter contato com brancos.

Mas os ocidentais forçaram as relações com as armas na mão. China e Japão, entretanto, enfrentaram o perigo de maneira diferente.

A China, secular império universalista, que sempre alimentou em seu povo um sentimento de superioridade sobre as demais nações do mundo, procurou aferrar-se a esse nacionalismo para prolongar seu isolamento. A conduta dos brancos, entretanto, só fez por exacerbar esse sentimento. Como castigo impuseram eles à China humilhantes concessões territoriais e desarrazoadas vantagens comerciais, causa direta dos excessos e das matanças que, com a guerra dos Boxers, culminaram com a intervenção militar conjunta das potências estrangeiras, que puseram fim, por um ato de força, ao isolamento chinês.

A partir desse primeiro encontro entre o Ocidente e o Oriente, configurou-se o que se denomina fenômeno atrativo da civilização. A China, embora guardando seu modo de ser milenário, pouco a pouco assimila, em parte, a civilização do Ocidente, mas, politicamente, caminha para a tendência mais oriental do mundo moderno: o comunismo soviético.

O Japão, ao contrário, ante a pressão ocidental, procurou, como resposta, transformar-se, de modo a poder conviver com os brancos sem, entretanto, perder sua identidade nacional. É um processo de recomposição assimilativa. Quando a esquadra americana, às portas de Tóquio, exigiu a abertura do país ao comércio, o Japão promoveu a mais rápida e surpreendente transformação de sua história, conservando sempre, porém, seu passado oriental: ab-rogou o regime feudal com seus privilégios e, sob o comando do Mikado, se modernizou no sentido do progresso ocidental: construiu fábricas, arsenais, estradas de ferro; criou uma frota e um exército modernos; intercambiou professores, técnicos e estudantes com outros países.

Apesar de tudo isso, o Japão não se esqueceu de suas seculares tradições, de seu passado oriental. O princípio subjacente do império universal emergiu novamente à superfície e se converteu na grande diretriz da sua política exterior. Aqui reside a explicação de suas tendências de dominação no Extremo Oriente, do plano Tanaka e, enfim, de toda a trajetória da sua política, desde a segunda metade do século passado até a Segunda Guerra Mundial, quando o então Império do Sol Nascente, de tendência universalista, comete a agressão de Pearl Harbor, seguida da invasão e dominação dos seguintes países ou territórios: Filipinas, Indochina Francesa, Hong Kong, Índias Orientais Holandesas, Bornéu, Birmânia e numerosas ilhas no Pacífico.

— IV —

Uma análise retrospectiva da crise do mundo de hoje, com vistas a identificar as causas mais remotas dessa profunda transformação por que vem passando a sociedade internacional neste século, não seria completa sem um rápido exame da evolução das formas políticas no Ocidente.

Começemos com a Revolução francesa, cujo processo de evolução política encontrou no absolutismo sua causa material mais importante,

assim como na ilustração, isto é, nos ideais políticos, sua causa moral. Antes da Revolução francesa, porém, é bom recordar, o poder no mundo ocidental se baseou no equilíbrio político medieval estabelecido entre três princípios de governo: o monárquico, o aristocrático e o democrático. Quando se rompeu esse equilíbrio de cultura ocidental, o poder se inclinou para o princípio mais forte, então a monarquia. A instabilidade desta levaria, entretanto, à discussão, pelas diferentes correntes ideológicas, da legitimidade do poder monárquico, e até mesmo à sua supressão, desencadeada pela Revolução francesa.

A solução medieval foi, portanto, o ponto de partida do processo de evolução da cultura ocidental, que, antes de alcançar em nossa época a democracia, herança política dos helenos, passou por diferentes estágios, gerando correntes ideológicas e sistemas de governo distintos, a saber:

a) o *absolutismo*, impregnado de uma grande injustiça política, qual a de fazer degenerar uma organização destinada a garantir o proveito coletivo da nação em outra orientada em benefício individual do governante;

b) o *humanismo*, nascido do Renascimento, cuja fase última foi a da ilustração, pretendeu ver o homem livre frente ao Poder Divino e à sua Igreja;

c) o *mercantilismo* desviou a evolução cultural da meta de alcançar as finalidades espirituais, para satisfazer-se com a realização de finalidades materiais, de natureza econômica;

d) o *liberalismo*, inspirador da liberdade de trabalho em forma irrestrita, destruiu a organização gremial e preparou as condições necessárias para que o impacto do industrialismo gerasse a mais formidável questão de nossos dias, o problema social, tão explorado, aliás, pelas diversas soluções socialistas, em particular a do comunismo internacional, as quais, longe de resolvê-lo, apenas têm servido para promover e aumentar o desvio de ordem cultural da humanidade, ou seja, a anteposição dos interesses materiais, concebidos como coletivos, aos da dignidade da pessoa humana.

Com a queda da Monarquia, ultimada pela Revolução francesa, assumiu o poder a República, forma política que não conseguiu, entretanto, impedir, com a Convenção, o período de terror, das rivalidades, das facções revolucionárias e da guilhotina, período esse que a história celebrou em nomes como: Gironda, Montanha, Herbert, Danton e Robespierre, este último tendo convertido o sistema em uma ditadura pessoal, tal como, há mais de dois mil anos, ARISTÓTELES assim havia profetizado: "o passo da demagogia para a tirania".

Robespierre também caiu, substituído, que foi, por um regime também fraco, a República Directorial, que foi a ante-sala do Cesarismo, com Napoleão Bonaparte se coroando Imperador dos franceses, embora a história houvesse reservado uma efêmera duração para seu reinado.

Após a curta experiência imperial de Napoleão, o processo de evolução política da Europa prosseguiu, marcado por dois períodos: o primeiro, de caráter político e influenciado pelos ideais da Revolução francesa, se concretizou com a vitória do liberalismo; o segundo, resultante do impacto da revolução industrial e das condições criadas pelo liberalismo econômico, desembocou no problema social que perdura até hoje e é objeto da acirrada luta entre os dois poderosos blocos de poder político-econômico que disputam a hegemonia mundial — o sistema capitalista ocidental e o sistema comunista-soviético.

Simultaneamente, acontecia um outro fenômeno que, daí por diante e até nossos dias, iria ter uma influência fundamental na ordem política vigorante entre todas as nações do mundo: o recrudescimento do nacionalismo ocidental e sua difusão pelos países dos outros continentes: Ásia, África e América Latina.

Historicamente, o nacionalismo se configurou como sentimento coletivo de povos e governos. É um fenômeno tipicamente ocidental; nasceu do particularismo das tribos bárbaras romanas que se localizaram no Império Romano; subsistiu, como princípio fundamental, na posição dos reinos bárbaros; e, a seguir, prevaleceu na formação das nacionalidades européias. Nos períodos em que imperou a forma monárquica, como decorrência do exagerado sentimento de sujeição ao monarca — fenômeno esse próprio do absolutismo —, tal sentimento encontrou sua expressão na lealdade à coroa. Com a queda das monarquias, entretanto, houve a necessidade de substituir-se o trono pelo conceito ideal de nação. Dessa maneira, o nacionalismo adquiriu a sua forma definitiva, que é a prevalente até hoje.

Exemplos clássicos mais antigos de manifestações de caráter nacionalista são: a Reforma religiosa, que encontrou na explosão do nacionalismo alemão e inglês sua causa principal; a luta pela hegemonia européia, iniciada no século XVI (e que, hoje, se converteu na luta pela hegemonia mundial), nada mais é senão a tendência para situar a própria nacionalidade por cima das demais; a política hegemônica de Luís XIV, procurando fazer a França expandir-se até o que chamou “suas fronteiras naturais”, mediante a anexação de todos os territórios que historicamente lhe haviam pertencido.

Ao nacionalismo, veio somar-se um outro forte ingrediente político: as idéias democráticas. Como resultado dessa combinação, surgiu o “princípio moderno de autodeterminação dos povos”.

Da combinação “nacionalismo” com “democracia”, que em virtude do fenômeno atrativo da civilização o Ocidente fez chegar aos demais povos da terra, surgiram por toda a parte do universo reivindicações nacionalistas, já, agora, com o caráter de reclamações populares: na Europa, o movimento de unidade italiana, o surgimento do Estado belga, as reivindicações nacionais húngaras, polacas e tchecas, o movimento unitário alemão; nos Bálcãs, as reivindicações nacionais dos eslavos e gregos e o desmembramento do Império Turco; na África do Norte,

o nacionalismo árabe, mesclado por tendências político-religiosas-islâmicas, leva os povos até a guerra santa; no subcontinente asiático, o nacionalismo hindu, sob a liderança de Ghandi, reclamou e obteve, da Grã-Bretanha, a almejada independência.

Na Rússia, porém, as idéias ocidentais de “nacionalismo” com “democracia”, embora chegassem com tremendo impacto, não foram convenientemente assimiladas e, por isso mesmo, produziram fenômenos políticos adversos. Influenciado por seu orientalismo tártaro ancestral, o povo russo, das idéias ocidentais, apenas assimilou os seus extremismos, a partir dos quais elaborou sua própria versão política: o totalitarismo soviético.

Na realidade, o chamado “nacionalismo russo” é o universalismo imperial tártaro; camuflado de ocidental à época dos Czares, mas no fundo embriagado pelas idéias do Cesarismo romano; e, atualmente, adaptado ao internacionalismo comunista e ao messianismo marxista das classes proletárias.

— V —

Já falamos até aqui, desde suas mais remotas origens, sobre as causas da profunda transformação que a sociedade internacional vem sofrendo até nossos dias; dessa terrível crise que condenou o nosso sofrido mundo, pelo resto deste século, a continuar vivendo um ambiente de guerra, que se traduz, entre povos do Ocidente e do Oriente, nas rivalidades, inquietações, alianças militares, corridas armamentistas, explosões demográficas regionais com seus problemas de alimentação e emigração, e, o que é mais grave, conflitos armados locais, qualquer deles podendo, até mesmo por acidente, precipitar, entre as superpotências, a grande catástrofe final, que seria a guerra termonuclear, com o aniquilamento da humanidade.

A explicação para esse intolerável estado de coisas, à primeira vista, parece muito simples: na Segunda Guerra Mundial, o triunfo das democracias, ao deixar subsistir o totalitarismo de esquerda — o comunismo internacional da Rússia soviética, dividiu o mundo em dois grupos: o Ocidental e o Oriental, os quais, com suas filosofias adversas, se disputam o domínio do pensamento humano. A “guerra quente” foi substituída, portanto, pela chamada “guerra fria”, que é o conflito ideológico entre a democracia e o totalitarismo de esquerda e o conflito político-econômico entre o mundo livre, que luta por subsistir, e o imperialismo russo, que a tudo pretende escravizar.

Para bem se compreender, entretanto, como pôde a humanidade chegar à beira desse abismo, devemos recordar que, durante a primeira pós-guerra, nasceu o fenômeno político que se converteu em uma característica peculiar ao período crítico que vivemos: o *totalitarismo*.

Fenômeno social patológico, o totalitarismo, de esquerda ou de direita, é sempre o fruto das condições anormais das grandes crises. Ape-

sar de possuir variedades estruturais diversas e conteúdos ideológicos diferentes, os totalitarismos, de esquerda e de direita, têm geralmente algumas características comuns, a saber:

1º) são formas de ditadura moderna, isto é, um tipo de autocracia;

2º) pressupõem a subordinação exagerada dos interesses individuais dos membros da coletividade aos interesses coletivos, sejam estes representados pela nação, um grupo étnico ou uma classe;

3º) apóiam-se em uma doutrina político-social destinada a justificar tal subordinação, que transcende das ordens sujeitas ordinariamente à supervigilância do Estado, para invadir todos os aspectos da vida de seus membros;

4º) exigem de seus seguidores uma adesão plena e sem reservas, até o sacrifício pelo ideal que preconizam;

5º) declaram-se ligados ao problema social, desenvolvendo-se a partir de promessas de soluções miraculosas para resolvê-lo.

Ambos os tipos de totalitarismos, o de esquerda e o de direita, com essas características comuns, já se haviam configurado, com todas as distorções de seus extremismos, antes da Segunda Guerra Mundial: o fascismo italiano e o nazismo alemão.

Antes da Primeira Guerra Mundial, como se sabe, atuaram como suas causas políticas, de um lado o "pangermanismo", tipo de imperialismo alemão que, movido por uma filosofia de força, levou a Alemanha a pretender englobar em suas fronteiras todos os povos de origem germânica; e, de outro lado, o "pan-eslavismo", tipo de imperialismo tradicional russo, de conteúdo oriental universalista, mas disfarçado de europeu e que se apresentava como uma tendência de tipo nacionalista para a unidade de todos os povos eslavos sob o Império branco dos Czares. Essa tendência permitiu à política russa dos últimos tempos do Império aspirar à realização completa dos objetivos políticos desde a época de Pedro o Grande, seu domínio sobre o mediterrâneo oriental e sua conversão em uma potência européia; esta política da Rússia foi sua preocupação constante através do desenvolvimento de toda a questão do Oriente e a levou a se apresentar sempre como a campeã da causa das nacionalidades eslavas dos Bálcãs contra o Império Turco.

Com a destruição, na Primeira Guerra Mundial, do Império austro-húngaro e o recuo das fronteiras do Império Russo, as tendências internacionalistas dos povos alemão e russo buscaram outras doutrinas em que se apoiar. Na Rússia, estabeleceu-se o regime totalitário comunista, inspirado, no caso, pelo ancestral imperialismo universalista que os russos herdaram dos tártaros; na Alemanha, também regime totalitário, o nazismo, doutrina que se fundava em um ultranacionalismo levado à exageração mítica da adoração da raça, isto é, do grupo étnico germânico, que herdara as aspirações imperiais de seus predecessores e ali-

mentava, assim, suas pretensões de dominação da Europa, logo depois transformadas em pretensões de supremacia universal.

Enquanto isso, na Itália, outra forma de totalitarismo — o fascismo —, embora mantendo aquelas características comuns aos tipos de totalitarismo de esquerda, representou, na realidade, a antítese do marxismo, pois sua doutrina refutava a interpretação materialista da história e proclamava a liberação dos destinos da nação italiana de todas as condições materiais.

Dado o fato de que tanto o nazismo alemão como o fascismo italiano foram definitivamente eliminados pela Segunda Guerra Mundial, subsistindo apenas o comunismo internacional russo como único contendor das democracias ocidentais, é a este último tipo de totalitarismo de esquerda que dedicaremos uma breve análise.

O comunismo é, antes de tudo, a forma de organização social, de conteúdo filosófico-político, adotada pela Rússia Soviética e cuja difusão, em diferentes partes do mundo, vem paulatinamente sendo feita ao amparo da força político-militar dos russos. Surgiu naquele país, com a Revolução de 1917, pela combinação de dois elementos:

a) um ideológico, o comunismo internacional, desenvolvimento ulterior do marxismo, isto é, do materialismo histórico, que não é outra coisa senão a versão materialista da dialética de HEGEL, feita por MARX e ENGELS;

b) outro histórico-social, a evolução peculiar do povo russo que, como executor do fenômeno, não deixou de imprimir-lhe seus próprios caracteres ancestrais. A atuação da alma russa na gênese do totalitarismo de esquerda teve uma dupla consequência: a modificação das formas extremistas do marxismo, pela adaptação de tais formas à psicologia peculiar russa, e a gestação do sistema político em que se organizou o Estado comunista.

Para melhor se compreender esse processo evolutivo do comunismo, recordemos que a dialética de HEGEL foi espiritualista e conduziu à exaltação do Estado, como produto ideal do processo histórico; HEGEL chegou à conclusão de que o Estado prussiano de seu tempo constituía este produto ideal. O marxismo tomou a dialética hegeliana, mas lhe deu sua própria versão materialista; transformou-a tão rapidamente que resulta difícil reconhecê-la; na realidade, dela se serviu para chegar a conclusões opostas às imaginadas por seu fundador.

O marxismo parte de uma posição eminentemente materialista para a qual não existem mais que as necessidades materiais do homem; a sociedade humana se converteu em um organismo cuja única razão de ser é a produção dos artigos necessários para satisfazer tais necessidades materiais; ao descartar todos os fatores psíquicos da evolução, todos os restantes postulados do marxismo resultam ser a lógica consequência do absurdo erro inicial. A materialidade do ser humano conduz o marxismo à identificação dos processos da natureza com os processos

da história; ao negar a espiritualidade, o homem fica reduzido a um mero animal, que atua determinado pelas causas exteriores; os estímulos se tornam causas irresistíveis; o determinismo é a lei indiscutível.

A concepção da sociedade como um organismo destinado à produção, conduz o marxismo à idéia de classe, considerada como uma categoria definida com um papel determinado dentro do processo da produção.

O marxismo converteu a história da humanidade na história da produção, ou melhor, na história do comportamento das classes dentro do processo de produção. As classes superiores desempenham o papel de explorador e as classes inferiores, ou seja, o mítico proletariado de MARX, o de explorado. Todas as manifestações da consciência coletiva e todos os fenômenos sociais, de qualquer classe que sejam, se explicam artificialmente em função do papel das classes.

A luta de classes resulta, assim, ser o fenômeno central da história, a consequência obrigada da exploração; a formação de "consciência de classe" e de "consciência revolucionária" dos explorados tem, neste modo de ver do comunismo internacional, a história de sua origem e sua explicação.

A concepção marxista da história tem, entretanto, um único objetivo final: a derrubada do sistema capitalista e a instauração do socialismo, consequência inevitável do processo determinista da história.

Para o historiador inglês TOYNBEE, o "comunismo soviético" é o resultado do impacto das idéias ocidentais na civilização russa; a Rússia Soviética atual é um Estado não-ocidental, mas submetido a fortes influências ocidentais; em suma, o comunismo é a expressão da "ocidentalização dos russos" (8).

O totalitarismo soviético, entretanto, em sua forma moderna — comunismo revolucionário marxista —, é o resultado da transformação prática que o comunismo sofreu ao passar pelo "tamis" da alma russa, transformação que resultou tanto da ideologia ocidental original como do orientalismo tártaro dos russos. Seu internacionalismo, sem dúvida alguma, é uma das características mais perigosas para todos os povos que vivem fora de seu mundo, pois ao povo russo, a partir de LENIN, em 1917, e depois por Stalin e seus sucessores, o comunismo revolucionário marxista impôs a idéia filosófico-política de que lhe cabe cumprir uma grande missão: destruir a monarquia e o mundo burguês dos Estados capitalistas do Ocidente.

O grande perigo para o Ocidente é, portanto, o internacionalismo comunista, postulado básico do marxismo. Consequência do desenvolvimento econômico da história, o internacionalismo comunista encontrou

(8) TOYNBEE, Arnold J. — *A Study of History*, Abridgements of volumes VII-X, by D. C. SOMERVELL, 1957, Oxford University Press.

——— — *Civilization on Trial*, Oxford University Press, 1948.

——— — *The World and the West*, 1953, Oxford University Press.

guardada na idéia imperial que os russos herdaram dos tártaros e veio, assim, reforçar a velha política exterior da Rússia, agora ajudada por um novo estímulo ideológico: a libertação do proletariado do mundo, que serve admiravelmente de bandeira para a sonhada conquista soviética do universo.

— VI —

Com esta rápida digressão sobre os dois tipos clássicos de totalitarismo surgidos antes da Segunda Guerra Mundial, o de esquerda e o de direita, o primeiro configurado pelo comunismo revolucionário marxista de estilo russo, o segundo elevado à sua mais alta expressão pelo nazismo alemão e o fascismo italiano, acreditamos ser este o momento para se extrair, da análise de tudo o que até aqui dissemos, algumas respostas de imediato interesse para a exata compreensão da verdadeira origem dos graves problemas que no atual panorama internacional estão a desafiar a inteligência e a sabedoria dos homens de Estado, ainda os de maior genialidade.

É certo que da Segunda Guerra Mundial, pelo menos no seu período inicial, quando com todo seu poderio se defrontaram o bloco do totalitarismo da direita e o bloco democrático, a Rússia Soviética se manteve militarmente à parte, buscando, assim, tirar futuras vantagens sobre os contendores, no momento em que estes chegassem à exaustão pelo desgaste da refrega. Antes, porém, em agosto de 1939, astuciosamente a Rússia já havia firmado um pacto de não agressão com a Alemanha, o que, se de um lado permitiu a esta iniciar a guerra, invadindo a Polônia em 1º de setembro de 1939, de outro lado serviu, também, para degenerar o conflito na Segunda Guerra Mundial, com a declaração de beligerância por parte da França e da Inglaterra.

Aquela era, pois, a situação ideal com que a Rússia há muito sonhava para alcançar seus fins de dominação mundial, tanto lhe assegurou, de início, sua posição predominante na Europa Oriental, com a anexação a seu território, consentida por Hitler, dos três Estados bálticos da Lituânia, Letônia e Estônia, parte da Polônia e uma faixa da Finlândia.

O acordo temporário entre os parceiros do Pacto Nazi-Soviético para obterem vantagens territoriais mútuas a expensas dos outros Estados, não poderia, entretanto, durar muito: entre eles, por motivo de antigas tradições nacionais, fermentava a mais aguda oposição ideológica, refletindo-se, numa escala ascendente, em sérios conflitos de interesses, tanto econômicos como estratégicos. O criminoso conluio, que por definição ideológica era em si mesmo impraticável, entre o totalitarismo de direita alemão e o totalitarismo de esquerda russo, terminou com o súbito ataque da Alemanha à União Soviética, em junho de 1941.

A guerra, a partir daí, não era apenas das democracias contra os regimes de Partido único. A União Soviética sagazmente se tornou uma aliada das democracias, manobra que, de acordo com a sua doutrina

política, lhe iria facilitar a destruição de dois grandes obstáculos que, há muitos anos, se opunham à sua carreira imperialista: os militarismos alemão, na Europa, e japonês, na Ásia. Finalmente, quase à hora da vitória dos aliados sobre a Alemanha, a Rússia conseguiu iludir os dois grandes dirigentes da democracia, Roosevelt e Churchill, nas Conferências de Yalta e Teheran, assegurando-se, dessa maneira, não só as vantagens que havia conseguido no seu pacto de 1939 com a Alemanha hitlerista, mas, também, todas aquelas enormes concessões territoriais já antecederamente por nós referidas, as quais serviram para dividir o mundo em dois blocos de poder e dar início, assim, ao chamado período da "guerra fria".

Sobre as causas da Segunda Guerra Mundial, bem como sobre a metamorfose operada na conduta da União Soviética, que, de parceira de Hitler até junho de 1941, passou, entretanto, com a agressão nazista a seu território, à condição de aliada das democracias até o final da guerra, e, após a cessação das hostilidades, novamente adversária destas, acreditamos que a mais adequada resposta, senão a única, pelo menos a mais importante, para tão transcendental questão, reside num fato histórico: a Segunda Guerra Mundial, ao eliminar um dos poderosos litigantes ocidentais, a Alemanha, reduziu a luta pela hegemonia mundial a um novo ato do conflito secular entre Oriente e Ocidente.

Com efeito, o comunismo é o Oriente; Rússia e China, suas duas grandes potências, são orientais por idiossincrasia e tradição. As outras nações do bloco, ou são também do bloco oriental, como a Coreia Setentrional e o Vietnã, ou aceitaram o regime comunista contra a vontade de seus povos, sob a imposição armada do Exército soviético, cuja presença é a condição indispensável de sua subsistência, como os satélites da Europa Oriental. A este respeito, húngaros e tchecos, com o sangue de seus mártires, escreveram há poucos anos em sua história páginas de comovedor heroísmo.

Ao contrário, a democracia é o Ocidente. Após o término da Segunda Guerra Mundial, vieram somar-se às potências ocidentais a maior parte dos vencidos: Itália, Alemanha Ocidental e Japão. A América Latina, exceção da Cuba de Fidel Castro, e ainda vários países de tradição oriental, que acreditam na liberdade e dignidade humana, formam nas fileiras do Ocidente.

A crise do nosso tempo, que tem profundas raízes no passado histórico da humanidade, reside, portanto, nesse aspecto peculiar da evolução humana, que é o conflito secular entre Oriente e Ocidente, ou melhor, a colisão cultural entre Oriente e Ocidente, cujo caráter peculiar é uma renhida luta pela hegemonia mundial, disputada pelos dois grandes imperialismos da atualidade em sua ânsia de penetração política e econômica. Tal fenômeno foi magistralmente estudado por TOYNBEE, que o denominou "contacto das civilizações no tempo e no espaço" (9).

(9) TOYNBEE, Arnold J. — *La Civilización Puesta a Prueba*, Emecé Editores, S.A., Buenos Aires, 1954.

Historicamente — é sempre bom recordar — esse secular conflito entre Oriente e Ocidente, como focos antagônicos de versões diferentes de cultura, teve início nos dias da Héliade e vem se repetindo constantemente: as guerras púnicas entre Roma e Cartago, a conquista romana dos reinos helenísticos, as guerras de Roma com os partos e os sasânidas, as Cruzadas e a reconquista espanhola, as guerras do Ocidente com o Império Otomano, a dos suecos, polacos e lituanos com os russos e, finalmente, o avanço russo para o Oeste a partir de Pedro o Grande, que engloba a partilha da Polónia.

Posteriormente, o conflito se ampliou até adquirir proporções mundiais, com a difusão, por todo o mundo, do mercantilismo da sociedade ocidental e o aparecimento da tendência imperialista colonial.

Dentro desse quadro, que perdura há vários séculos, de colisão cultural entre diferentes civilizações, é que a humanidade, quase como espectadora impotente, assiste hoje a essa formidável cruzada antiocidental, que o comunismo russo dirige com vistas à hegemonia mundial e parece, infelizmente, não ter solução no campo político internacional.

Como única esperança para conter a ofensiva imperialista do Oriente, isto é, da Rússia Soviética, o Ocidente teve de recorrer ao sistema de alianças político-militares, a fim de não ser absorvido, pouco a pouco, de nação em nação, pela mais poderosa arma de conquista ideológica imaginada pelo homem para escravizar os seus semelhantes: o comunismo revolucionário marxista.

Pensando, talvez, no triste destino do nosso mundo ocidental, sobressaltado, a cada momento, com a iminência de nova agressão totalitária, é que o genial juriconsulto FRANCISCO CAMPOS escreveu estas palavras, literariamente lindas e ao mesmo tempo impregnadas de um grande conteúdo de verdade:

“Já começou o assalto. Vendo que mantemos em disponibilidade a massa mais importante das nossas energias, aqueles seres noturnos procuraram captá-la, oferecendo ao homem um desaguadouro ao seu estado de tensão afetiva. O Estado totalitário, comunista ou nazista, as ideologias políticas do nosso tempo, são o resultado dessa crise de desemprego da emoção. O mundo subterrâneo afevelou, sob o muito sábio nome de ideologia, a máscara do ideal, celebrou ritos e cerimônias, festividades exteriormente de caráter sagrado, e o povo acorreu aos seus símbolos, às suas fanfarras, aos seus cantos corais, aos jogos simulados dos seus parsifais e das suas valquírias. Ora, a ideologia do ideal só reteve a técnica de suscitar e captar a emoção. Está para o ideal como está a máscara para a pessoa, o figurado para o real, a contrafação para a legitimidade, o substituto para o genuíno, a paródia para o canto original. Onde a pessoa, o real, a legitimidade, a genuinidade no mundo contemporâneo?”

Na falta deles e urgência em que está de aliviar a sua tensão emotiva, o homem de hoje aceita as substituições mais

grosseiras e entrega-se de coração às mais grotescas e estúpidas farsas ou paródias, particularmente se o persuadem de que está participando ou vai participar de uma grande ação coletiva, que o liberte das dimensões liliputianas da vida mesquinha de todos os dias.

Em lugar do ideal, a ideologia, que é a falsificação do ideal. Na falta de Deus, cuja presença e atualidade foi substituída por um conceito, o homem entregou-se, para preencher o vazio da ausência divina, à criação de demiurgos, de semideuses e de subdeuses, às baixas superstições, às magias negras e às magias brancas e, como se ainda não fosse bastante a altura da queda, acabou deixando fascinar-se por pseudomitos construídos em todas as peças por intelectuais céticos e relativistas e, através de cujo tecido de sofismas transparecem a mentira, o abuso moral, a degradação maquiavélica da inteligência que se propõe secretariar as massas para, traindo-as, conduzi-las ao aprisco de César.

Se a democracia pretende sobreviver ao cataclismo, só lhe vejo um caminho: rever os seus fundamentos, revitalizar as suas instituições excessiva e unilateralmente racionalizadas pelo pensamento jurídico, criar o seu cerimonial, o seu rito, a sua liturgia, embeber de novo as suas raízes no coração do povo. Ser uma cruzada. Uma cruzada contra a pobreza, a ignorância, o crime, a crueldade, a injustiça" (10).

— VII —

Do anteriormente exposto parece, inelutavelmente, resultar para todos os brasileiros e, em particular, para aqueles que têm a seu cargo a defesa da pátria contra as agressões externas e internas, o dever de estudar o amplo panorama internacional da atualidade a fim de identificar, na análise de seus fatos mais significativos, os problemas de maior transcendência e lhes dar as respostas mais adequadas, mediante a formulação da política nacional e da estratégia pertinentes.

Dentre tais problemas, pela sua ordem de importância quanto à segurança mesma do país, assume posição preeminente — pelo menos em nosso modesto juízo — o da subversão comunista que, embora nos últimos anos haja mudado, como é próprio de seu sistema, a técnica ou os métodos antes utilizados para abalar as instituições e, assim, chegar ao poder, hoje novamente torna ao campo de luta, aliás sem qualquer disfarce, protegida apenas pela bandeira democrática da defesa dos direitos humanos.

Para favorecer o seu retorno ao cenário político nacional não colhe o argumento, agora tão em voga entre os que têm amplo acesso aos

(10) FRANCISCO CAMPOS — *Atualidade de D. Quixote*, 2ª edição — Publicações da Secretaria de Educação de Minas Gerais.

mais modernos meios de comunicação social, de que os comunistas caboclos já não mais constituem perigo, posto que de 1964 para cá o Brasil mudou muito, as situações se transformaram sensivelmente.

Certo, de lá para cá o Brasil evoluiu, as coisas e situações já não são mais as mesmas. Mas, teria o comunismo revolucionário marxista mudado também? A resposta é: Não! Nos seus sinistros desígnios de conquista e dominação do universo, a doutrina do comunismo revolucionário marxista segue sendo a mesma, continua a perseguir o mesmo objetivo final: destruir o sistema político-econômico das democracias do Ocidente a fim de, assim, assumir a hegemonia do mundo. Com vistas a esse *desideratum*, o comunismo revolucionário marxista, qual um camaleão que muda de cor ante situações adversas, também se transfigura, no curso do tempo, de modo a poder enfrentar quaisquer resistências, mediante a utilização de nova técnica, de novos processos de subversão. O que o comunismo revolucionário marxista não muda jamais, porque seria negar-se a si mesmo, é o seu objetivo final de se impor, em todos os quadrantes da terra, aos homens que ainda cultivam e amam os princípios de liberdade e de dignidade.

No plano internacional, porém, empenhados em preservar o futuro da humanidade de uma catástrofe bélica, que seria a guerra termonuclear entre o Oriente e o Ocidente, os estadistas das superpotências democráticas ocidentais procuram, mediante uma solução de compromisso, assegurar e manter com a União Soviética o que, ao tempo de Krouchtchev, se convencionou chamar de “coexistência pacífica”, expressão hoje rebatizada, pela Conferência de Helsinki, com o eufemismo de “política de distensão” (politique de détente).

Impossível acreditar na viabilidade ou no êxito dessa política. Não porque sejamos céticos ou pessimistas. Mas devido ao fato de que tal solução de compromisso é manifestamente contrária a toda a doutrina comunista-marxista soviética.

Com efeito, o comunismo, por sua própria confissão, carece da boa fé necessária para que o mundo livre possa ter uma relativa segurança em qualquer compromisso a que chegasse com ele. Assim o deixou claro LENIN, o fundador do totalitarismo soviético, ao pronunciar estas palavras, citadas por ANDREW M. SCOTT, em seu livro *Anatomia do Comunismo*:

“A conclusão a que se chega é clara: recusar as transações, “por princípio”; recusar que sejam admissíveis, em geral, qualquer que seja sua classe, é infantil e resulta difícil levá-lo a sério.” “A mais estrita lealdade às idéias do comunismo se deve combinar com a habilidade para tornar práticas todas as transações necessárias para manobrar, acordar, fazer ziguezague, voltar atrás e assim sucessivamente...” (11)

(11) SCOTT, Andrew M. — Tomado de *Essentials of Lenin*, London, Lawrence y Wishart, 1947, 2 volumes; e citado na obra *La Anatomía del Comunismo*. Editorial Internacional, México, D.F., 1955.